



BRASILEIROS DIZEM NÃO À REFORMA



Por todo o país, milhares de pessoas foram às ruas para dar um basta nos desmandos do Governo Temer.

As ações unificadas articuladas pela Central Única dos Trabalhadores lutam contra a Reforma da Previdência, contra a Reforma Trabalhista e contra a terceirização.

A conjuntura é desfavorável, mas o Sindsprev-PE acredita que a união dos trabalhadores pode reverter esse jogo. Atos públicos, protestos, panfletagens e mobilizações estão sendo deflagradas semanalmente como forma de reação.

Convocamos vocês para mais essa luta. Juntos sempre seremos mais fortes.

Sindsprev conclama servidores para lutar contra as reformas de Temer

As mudanças previstas pela Proposta de Emenda Constitucional 287, a PEC 287, são um atentado aos direitos adquiridos pelos trabalhadores e vão garantir que a maior parte da população trabalhe – e contribua – a vida inteira e nunca receba o benefício. É hora de reagir!

O Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social continua incansável na luta para reverter os danos previstos pela Reforma da Previdência. Não podemos aceitar mais esse corte de direitos dos trabalhadores. Por isso, convocamos os servidores para uma reação unificada com todos os trabalhadores contra os desmandos do presidente Michel Temer e dos parlamentares favoráveis à proposta absurda. Ações de conscientização estão sendo desenvolvidas nos ambientes de trabalho envolvendo a população e a categoria para esclarecer os detalhes da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287. Protestos, atos públicos, panfletagens, seminários, audiências públicas, palestras, passeatas e greves gerais abraçando outras categorias já foram articuladas. Chegou a hora da população ganhar as ruas para dar um basta em tantos desman-



dos. Nenhum direito a menos. Juntos somos mais fortes.

É importante que a categoria, junto à sociedade, entenda que o momento é muito grave, de retrocesso e perda de direitos que foram conquistados com suor e sangue. Nossos direitos estão sendo retirados de forma cruel, e a sociedade está cada vez mais pobre e miserável. Este modelo de governo não está preocupado com os trabalhadores. A nossa rede de proteção, que é o sistema de Seguridade Social, está sendo destruída em

detrimento a um modelo neoliberal que atende apenas aos interesses do capital e da elite dominante.

É preciso, urgentemente, que os trabalhadores e a sociedade reajam, pois a caixa de ressonância do parlamento é o povo nas ruas. Temos que manifestar a nossa indignação contra este governo que mente dizendo que a Reforma da Previdência, entre as demais, será a salvação da economia e fará o restabelecimento do país. Este governo que não tem compromisso com o tra-

balhador e nem com o povo tenta manipular a opinião pública através da mídia jogando a sociedade contra os servidores públicos, alegando que a categoria goza de privilégios, quando sabemos que isso não é verdade.

O servidor público contribui como qualquer outro trabalhador para ter seus direitos garantidos. Essa manipulação da opinião pública orquestrada por Temer é um instrumento mentiroso para induzir a sociedade a acreditar que a Reforma da Previdência é necessária, mas seu verdadeiro pano de fundo é a retirada total dos direitos dos trabalhadores cada vez mais na linha da pobreza e da miséria.

O Sindsprev-PE não aceitará essa manobra imposta pelo governo e empreenderá todas as ações necessárias para reverter ou barrar essa afronta aos trabalhadores.

Seminários e audiências públicas para conscientizar trabalhadores

A proposta da Reforma da Previdência está cada vez mais perto de ser votada e deverá transformar o sonho da aposentadoria em pesadelo de vida dos brasileiros, principalmente os servidores públicos. Desde o ano passado, o Sindsprev-PE realiza uma série de seminários e participa de audiências públicas para informar sobre o perigo da aprovação da PEC 287. No dia 18 de maio, o senador Paulo Paim (PT-RS), que encabeça a luta contra a Reforma da Previdência no Congresso Federal, participará de mais uma

audiência pública convocada pelo Sindicato.

No dia 16 de dezembro, na Câmara de Vereadores do Recife, o então vereador Luiz Eustáquio promoveu uma audiência pública com a participação do assessor jurídico do Sindsprev-PE, Cláudio Ferreira, e do vice-presidente da Anfip, Floriano Martins. Os especialistas esmiuçaram os reais significados da PEC 287 e seus danos irremediáveis para a população. A reforma aponta unicamente para o desejo do presidente de privatizar o sistema através do fortaleci-

mento dos bancos com seus fundos de pensão privados e empréstimos consignados para aposentados e pensionistas. “A justificativa é um deficit que não existe”, denunciou o coordenador geral do Sindsprev-PE, José Bonifácio do Monte. Em fevereiro, outra audiência levou o debate para Passira.

A primeira parada do seminário *Reforma da Previdência e suas Consequências para o Servidor Público* aconteceu no dia 21 de fevereiro, no auditório da GEX de Caruaru. No Recife, as palestras foram realizadas no dia 18 de março,

no CFL, quando se comemorou os 28 anos do Sindsprev-PE. Foram convidados o auditor fiscal Jorge Cezar Costa, da Anfip, Cláudio Ferreira, a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT Nacional, Madalena Silva, e o deputado estadual Isaltino Nascimento. O seminário também aportou em Petrolina, Garanhuns e Salgueiro.

“A Seguridade Social é o prato mais suculento que o Brasil tem. Defendê-la é defender também a vida dos trabalhadores e trabalhadoras”, pontuou Madalena Silva.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Confira as principais mudanças para o servidor público federal previstas na PEC 287

- Fim do regime próprio de previdência para os servidores
- Idade mínima para aposentadoria: Mulheres - 62 anos; Homens - 65 anos; Ambos têm que ter, no mínimo, 25 anos de contribuição para receber a aposentadoria proporcional
- Para receber o benefício integral, será necessário ter 40 anos de contribuição
- Todos os proventos terão que obedecer ao teto do regime geral da previdência, que é de cerca de R\$ 5,5 mil
- Para receber acima do teto, os servidores terão que aderir ao Plano de Previdência Complementar. No caso da União, o Funpresp
- Há possibilidade de acúmulo de aposentadoria e pensão até dois salários mínimos

REGRA DE TRANSIÇÃO

Só entrarão na regra de transição, as servidoras acima dos 45 anos e os servidores com mais de 50 anos que entraram no serviço público antes da EC 41/2003. Ainda assim, terão que pagar pedágio de 50% do que falta para completar o tempo de contribuição para atingir os requisitos para a aposentadoria integral

A reação vem das ruas

**Protestos e greves estão sendo articuladas, desde o ano passado, para dizer não à Reforma da Previdência.
No próximo dia 28 de abril, Greve Geral vai parar o país**

Para barrar as medidas intransigentes previstas pela PEC 287, os trabalhadores de todo o país estão se unindo e ganhando as ruas. Atos públicos, panfletagens, protestos, passeatas e até mesmo greves de advertência estão acontecendo para mostrar ao governo que o Brasil não vai aceitar a Reforma da Previdência. Nos dias 31 e 15 de março, as ações sindicais pararam o país.

Milhares de pessoas participaram do Dia Nacional de Luta contra as reformas da Previdência, Trabalhista e o projeto de terceirização no último dia 31. Em Pernambuco, foram realizadas mobilizações no Recife, em Caruaru, Garanhuns, Petrolina, entre outros municípios. No Recife, à tarde, trabalhadores de diversas categorias se concentraram na Praça da Independência, a Pracinha



do Diário), no bairro de Santo Antônio, e saíram em caminhada pelas ruas do Centro. O protesto foi chamado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT-PE), Sindsprev-PE e outros sindicatos, as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. De acordo com a CUT Pernambuco, mais de 50 mil pessoas participaram da manifestação.

O dia 15 de março também foi de luta intensa em todos os cantos do país. No estado, a ampla maioria das Agências da Previdência Social fecharam as portas. O Sindsprev-PE articulou atos de protesto simultâneos com os servidores do INSS e do Ministério da Saúde e, em seguida, a mobilização se uniu ao movimento deflagrado pela



CUT-PE e fez uma caminhada rumo à Superintendência Regional do INSS, na Avenida Dantas Barreto, no bairro de Santo Antônio. O grande ato unificado reuniu cerca de 40 mil pessoas. As mobilizações foram descentralizadas e aconteceram na Região Metropolitana e também no interior.

“O momento é importante para a unificação do povo na luta. Não somos apenas nós do INSS e da Saúde, mas os professores também estão nas

ruas e muitas outras categorias. Essa reforma quer, na verdade, o fim da aposentadoria para 72% das pessoas que pagam a previdência e jamais vão conseguir o benefício antes de morrer. Temos que reagir urgentemente”, destacou o secretário geral do Sindsprev-PE, Luiz Eustáquio.

A campanha contra a aprovação da PEC 287, que está em tramitação no Congresso Nacional, ainda está entregando informativos para esclarecer à população os danos da proposta e adesivando carros para disseminar as informações.

Projeto de terceirização aprovado na Câmara dos Deputados



Alinhado ao retrocesso previsto pela Reforma da Previdência, o Projeto de Lei (PL) 4.302/1998, que libera a terceirização para todas as atividades das empresas, foi aprovado no último dia 22 de março, na Câmara dos Deputados e foi sancionado pelo presidente Michel Temer na noite do dia 31.

Idealizado nos tempos de Fernando Henrique Cardoso, o projeto prevê alterações significativas na contratação de empresas para prestar serviços para

outras empresas. Com a implantação, poderão ser contratados trabalhadores terceirizados para exercerem cargos na atividade-fim, que são as principais atividades do negócio, no setor privado e também na administração pública. O tempo máximo de contrato passou de três meses para seis meses com possibilidade de prorrogação por mais 90 dias. Também é permitida a contratação de trabalhadores temporários para substituir empregados de serviços

essenciais que estejam em greve ou quando a paralisação for julgada abusiva.

“O que estamos vendo é mais um golpe contra os trabalhadores ganhando forma no Congresso Nacional. A medida vai tirar a responsabilidades das empresas e furtar nossos direitos trabalhistas. O povo não pode mais fazer de conta que nada está acontecendo. É preciso parar Michel Temer”, concluiu o coordenador geral do Sindsprev-PE, José Bonifácio do Monte.

Irineu Messias reforça luta por melhorias no Conselho de Administração da Geap

Após perseguição, o dirigente do Sindsprev-PE foi reeleito e mantém firme o ideal de uma Geap melhor para todos com vitória da Chapa 1 para o Conad e Confis

A **Chapa 1 – Nossa Chapa** foi eleita para o Conselho Fiscal (Confis) e para o Conselho de Administração (Conad) da Geap Autogestão em Saúde. A eleição, que teve a participação de aproximadamente 4, 6 mil eleitores, aconteceu no dia 15 de março com votação pela internet e de forma presencial. O dirigente do Sindsprev-PE Irineu Messias foi reeleito para dar continuidade a sua luta intensa contra os reajustes abusivos do plano de saúde e por melhor qualidade de atendimento para os usuários.

A **Nossa Chapa** conquistou o reconhecimento da categoria pelo excelente trabalho realizado anteriormente, mas que, lamentavelmente, foi interrompido pelo governo Temer, inclusive com a cassação e perseguição do então presidente do Conad, Irineu Messias. Nas eleições, obteve 61,81% dos votos válidos para o Conad e 61,28% dos votos válidos para o Con-

fis. A votação movimentou as Gerências Regionais da operadora em todo o país e definiu representantes dos servidores para o triênio 2017-2020. De acordo com Irineu Messias, a meta é criar um novo modelo de sustentabilidade financeira para assegurar planos de saúde de qualidade e com preços acessíveis condizentes com a realidade dos servidores. A estimativa é de que 70 mil pessoas já tenham cancelado os planos da Geap por não ter recursos para pagar a mensalidade.

“Os servidores assistidos precisam ter representantes nas instâncias da Geap. Sei que somos minoria, mas vamos continuar lutando junto às entidades nacionais para a que gestão da Geap seja presidida pelos servidores e para os servidores”, ressaltou Irineu Messias. O dirigente enfrentou o governo de Michel Temer e conseguiu reduzir o percentual de reajuste da Geap de 37,55% para

20% quando era presidente do Conad, entre 2 de maio e 14 de junho de 2016. Como consequência, foi punido politicamente e teve o mandato de presidente do Conad cassado. Ainda foi ameaçado de ser processado, na esfera cível de Brasília, sob acusação de gestão temerária e de ter feito renúncia de receita da Geap. Por unanimidade, o colegiado do Conad decidiu que a direção executiva da Geap deveria desistir da ação, o que aconteceu. Agora, a luta continua para derrubar o novo aumento do plano de saúde, que é de 23,44%.

“Como presidente do Conad, não apenas reduzi o reajuste, mas elaborei um Plano de Ação Administrativa e Gerencial para refazer todos os contratos dos grandes prestadores de serviços da Geap, no país inteiro, na perspectiva de economizar até 10% das despesas assistenciais sem prejuízos na qualidade da prestação de serviços. Du-

rante a minha gestão, houve uma atuação intensa junto ao Tribunal de Contas da União para cassar a liminar que impedia o retorno dos servidores ao quadro da Geap, o que aconteceu no final do ano passado”, lembrou Messias. Ainda seguindo o plano de atuação, foram feitas negociações com todas as entidades sindicais e associativas para a retirada de liminares contra a Geap mediante a redução do percentual de reajuste através de negociação jurídica. “Isso foi feito por meio da Resolução Conad 129/6, que baixei *ad referendum*, e, infelizmente, foi suspensa quando fui cassado pelo Poder Judiciário em Brasília”, esclareceu. “Agora, é hora de dar continuidade ao nosso trabalho”, conclamou.

Compuseram e apoiaram a Chapa 1: CNTSS/CUT, CONDSEF, ANASPS, FENADADOS, ANESG e seus sindicatos filiados.

Principais propostas

- Continuar lutando contra os reajustes abusivos praticados pela Geap
- Pressionar para que a contribuição do *per capita* seja paritária: 50% do governo e 50% dos trabalhadores, buscando no Poder Judiciário a efetivação dessa proposta
- Gestão paritária da Geap
- Acabar com a coparticipação
- Lutar pela mudança do atual modelo de sustentação financeira da Geap
- Melhoria na rede credenciada em todo o país, principalmente nas cidades do interior
- Criação de planos economicamente mais acessíveis para os servidores de salários mais baixos
- Por uma Geap competente e mais transparente
- Maior flexibilidade na renegociação das dívidas dos beneficiários
- Lutar pela implantação de rede própria da Geap, primeiramente nas capitais para reduzir custos
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Saneamento Financeiro da Geap

ENTREVISTA - IRINEU MESSIAS

Dirigente do Sindsprev-PE e 1º Titular do Conad



Quais os desafios da Chapa - 1 diante do cenário político atual?

É o governo quem dita as regras e estabelece reajustes absurdos para o plano. São aumentos tão brutos que as pessoas não têm condições de pagar e estão saindo do plano. Cerca de 70 mil já cancelaram os contratos. O governo não considera a crise e nem os salários achatados dos servidores. Agora, nós vamos continuar lutando contra os reajustes, mas também focados em instituir um novo modelo de sustentação financeira que não penalize os

servidores.

Como seria esse novo modelo de sustentabilidade financeira?

Nos três anos que estive lá, sempre dissemos que era burrice aumentar os valores do plano sem resolver o problema da sustentabilidade. Nos 36 dias que passei como presidente do Conad, ano passado, reduzi o reajuste de 37,5% para 20% e elaborei um Plano Gerencial Administrativo. Com ele, estávamos na iminência de reduzir custos e otimizar os serviços, o que iria refletir diretamente na melhoria para os assistidos. Tentamos refazer todos os contratos dos grandes prestadores de

serviços da Geap no país na perspectiva de economizar até 10% das despesas assistenciais sem prejuízo na qualidade. Infelizmente, fui cassado, mas demonstrei que era possível fazer uma Geap diferente.

O que esperar da Chapa - 1 no triênio 2017/2020?

Nossa tarefa está inacabada, mas estamos aqui para continuar a fazer a defesa incondicional dos assistidos que precisam de representantes comprometidos com seus interesses. Seremos minoria, bem sabemos, mas uma minoria qualificada e corajosa que teve coragem de enfrentar todos os governos para dizer que a Geap é nossa.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer a todos que votaram na Chapa 1 e a fizeram vencedora. Quero agradecer o empenho de todos nos locais de trabalho e também aos que saíram de suas casas para votar. Foi uma luta difícil e árdua. Sofremos um processo de calúnia por parte dos concorrentes, mas vencemos. Vencemos com a ajuda de vocês. Vamos permanecer lutando contra os aumentos abusivos da Geap e continuar defendendo um novo modelo de sustentabilidade financeira. Com a mesma ousadia e coragem de sempre, vamos seguir adiante defendendo os seus interesses.

Condições de trabalho dos servidores do Ministério da Saúde no Recife

Pesquisa vai nortear ações do Sindsprev-PE em defesa da saúde do trabalhador

No dia 24 de janeiro de 2017, técnicos da Fundacentro apresentaram à direção do Sindsprev-PE os resultados da pesquisa *Avaliação das Condições de Trabalho dos(as) Servidores(as) do Ministério da Saúde na Cidade do Recife*. Os dados foram obtidos a partir de questionários aplicado em março do ano passado, junto à categoria, em quatro grandes hospitais e três policlínicas da capital pernambucana.

O estudo teve o objetivo de traçar um diagnóstico das condições de trabalho, acidentes e adoecimentos vivenciados pela categoria. Os dados levantados vão subsidiar o sindicato na proposição de medidas visando engendrar políticas públicas capazes de melhorar as condições de trabalho, promover a qualidade de vida e preservar a saúde dos servidores. A pesquisa é fruto de uma parceria entre a Fundacentro e o Sindsprev-PE.

Pesquisa - Durante a reunião dos delegados de base,

realizada no dia 7 de abril, o técnico Luiz Antônio e o educador José Hélio Lopes, ambos da Fundacentro, apresentaram o resultado da Pesquisa de Saúde do Trabalhador. No levantamento, os servidores das unidades de saúde responderam a um questionário com 66 perguntas e, após o cruzamento das informações, foi traçado um panorama das condições de trabalho considerando questões como postura, mobiliário, movimentos repetitivos, acidentes, assédio moral e equipamentos de proteção.

“Não está previsto em nenhuma lei e nem na Consolidação das Leis Trabalhistas, mas não podemos fechar os olhos para uma questão determinante: as pessoas estão felizes no seu ambiente de trabalho? Essa resposta reflete em tudo na nossa vida. Esse levantamento foi feito exatamente para que a gente descubra como sanar isso. As perguntas abordaram até



mesmo a forma como as pessoas vão ao trabalho, porque quando você sai de casa para trabalhar, se houver um problema, já é considerado acidente de trajeto”, disse Hélio Lopes. “Fizemos o melhor que poderíamos fazer, de forma completamente gratuita, para conversar com os servidores,

gerar um relatório e oferecer uma ferramenta de trabalho para o sindicato”, ressaltou Luiz Antônio.

“Nossos servidores estão doentes. Esse trabalho foi feito para que a gente possa descobrir e comprovar as doenças que estão nos atingindo. Agora, vamos ter um documento

para poder embasar nossa luta e tentar acabar com essas dificuldades. Esse levantamento vai ser levado para a direção das unidades e para o Ministério da Saúde. Ele vai dar o caminho para o sindicato agir”, concluiu a secretária de Políticas Sociais do Sindsprev, Maria do Carmo (Carminha).

Sistema de Avaliação de Desempenho aberto até 31.05

A Coordenação de Gestão do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Pernambuco informa que o Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) se encontra aberto até o dia 31 de maio de 2017 para o registro da avaliação individual referente ao 7º Ciclo.

A Avaliação de Desempenho Individual dos Servidores do Ministério da Saúde envolverá todos os servidores ativos e os cedidos aos Sistemas Único de Saúde (SUS) que não venham a contabilizar período

de afastamento superior a 121 dias entre 1º de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

Para realizar a Avaliação de Desempenho Individual, o servidor deverá entrar em contato a chefia imediata e acessar o site <http://sigesp.saude.gov.br/portal#/login>.

Em caso de dúvidas, os trabalhadores podem entrar em contato com Maria Inêz através do telefone (81) 3303-4649, das 8h às 12h, ou também pelo e-mail mariai.almeida@saude.gov.br.

INSS implanta progressões funcionais dos servidores após decisão judicial

O Sindsprev-PE informa aos servidores do INSS beneficiados com a Ação Coletiva 0803488-26.2013.4.05.8300, 10ª Vara Federal, que trata da Progressão Funcional, que já foi autorizado o desmembramento do Processo em grupo de 10 autores.

O sindicato concluiu o cumprimento de sentença e o INSS foi intimado para cumprir a obrigação de fazer, ou seja, implantar a progressão



funcional para todos os servidores do INSS com domicílio em Pernambuco. Os benefícios já foram implan-

tados e, agora, o sindicato providenciará os cálculos dos atrasados para pagamento.

Os servidores que não entregaram, ainda, a procuração ao sindicato devem comparecer ao departamento jurídico para assinar o documento. Na

ocasião, é preciso apresentar a cópia do CPF e um comprovante de endereço.

Representantes do Sindsprev-PE acompanham projeto INSS Digital

O lançamento do projeto piloto foi realizado em Mossoró, no Rio Grande do Norte, primeira cidade a adotar o sistema

O dirigente Antônio Paz (APS Pina) e a servidora de base do Sindsprev-PE Alzira Soares (APS Corredor do Bispo) foram indicados pela CNTSS/CUT para acompanhar a implantação do sistema INSS Digital/Teletrabalho na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, no período de 22 a 24 de março. O município é o primeiro a adotar o sistema que, segundo o governo, pretende agilizar os processos de Seguridade Social. Apesar das mudanças esperadas, servidores garantem que represamento continua, mas agora em ambiente virtual.

De acordo com os representantes da CNTSS/CUT e do Sindsprev-PE, os trabalhos iniciais foram de acompanhamento junto aos servidores envolvidos no fluxo das atividades do INSS Digital e visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mossoró. No segundo momento, eles ouviram a explanação do gerente do INSS de Campina Grande, na Paraíba, Jobson Sales, idealizador do projeto Olimpíada do Conhecimento, que tem como objetivo aprimorar o conhecimento técnico dos servidores do INSS eletronicamente e de forma lúdica.

Na oportunidade, o gerente executivo do INSS de Mossoró, Francisco Ozimar, explicou com mais detalhes o funcionamento do Projeto INSS Digital. Primeiramente, elencou os objetivos do projeto, o novo fluxograma de atendimento e os resultados a serem alcançados com a transformação dos processos físicos em digitais.

Etapas para o fluxo do projeto digital

O segurado agenda um protocolo de atendimento (sem definir qual o serviço desejado) através do 135 ou da Internet e depois se encaminha à agência de atendimento, o que poderá acontecer no mesmo dia.



Primeira etapa: Na APS, um estagiário recebe o segurado no setor de triagem, identifica o serviço, pede para ele assinar o requerimento e solicita os documentos que serão escaneados, sendo direcionada a senha para um segundo atendimento. Nesta etapa, o estagiário necessita ser treinado quanto à ordem lógica e cronológica dos documentos que estão sendo escaneados para não dificultar a análise do direito na etapa final.

Segunda etapa - Atendimento simples: O segurado é recebido por um servidor que irá identificá-lo e vai autenticar, online, os documentos escaneados. Neste momento, não existe diálogo com o segurado em relação à solicitação. “Em nossa opinião, é um atendimento desumanizado. Não há nenhuma conversa com relação ao atendimento das necessidades do segurado que protocolou um pedido. Este é o único diálogo entre o servidor e o cidadão e a oportunidade de explicação com relação aos direitos previdenciários”, criticou Antônio Paz. Após essa etapa, é solicitado que ele aguarde uma comunicação no seu endereço.

Nesta etapa, é criada a “TAREFA” sem gerar nenhum número de benefício, essa tarefa é direcionada ao GET, ferramenta Gerenciador de Tarefas.

No GET, o gestor, no caso o chefe de benefício, irá direcionar o protocolo agendado ao servidor responsável e, segundo informação de Francisco Ozimar, os serviços são repassados de acordo como perfil de cada servidor, de modo que os servidores não recebam serviços que não tenham domínio sobre a análise do direito. Nesta etapa, o número do benefício é gerado e é iniciada a contagem do prazo de 45 dias para a conclusão.

Terceira etapa: Nesta fase, o servidor responsável pela análise identifica os benefícios que são de sua responsabilidade para avaliar. Apenas ele visualiza aquele benefício e é solicitado ao mesmo a conclusão de seis benefícios ao dia. De acordo com Antônio Paz, o servidor que estava sendo acompanhado disse concluir até três processos no seu horário normal de trabalho, o que acarreta acúmulo de processo a ser analisado.

Principais pontos de estrangulamento

- Os processos permanecem sendo represados, passando de represamento físico para o virtual.

- Muita ferramenta a ser trabalhada, além do PRISMA, SABI, SIBE, CNIS aparece mais uma ferramenta, o GET, onde o servidor vai visualizar

o processo virtual, analisar os documentos apresentados pelo segurado e confrontar com os dados existentes no CNIS. Após o acerto dos dados e vínculos no CNIS, o processo é concedido via PRISMA, SABI ou SIBE.

“Observamos que o servidor envolvido nesta etapa necessita de conhecimento de informática para organizar o processo virtual, algumas vezes criar arquivos, sendo necessário treinamento maciço dos servidores que não detêm conhecimento mais profundo de informática”, disse Antônio Paz.

- Ausência de interfase entre o GET e o CNIS (o servidor tem que passar os dados do CNIS para o GET a fim de arquivar as informações do CNIS no processo virtual).

- Muitos processos têm exigência. Elas são registradas no GET e encaminhadas ao segurado através de telegramas ou por meio eletrônico, caso o segurado forneça e-mail. Ao comparecer a Agência para cumprir a exigência, recomenda o processo seguindo as etapas citadas.

Resultados apontados como positivos pela Gerência de Mossoró

Para os representantes da CNTSS/CUT e do Sindsprev-PE, ao final da apresentação das diversas etapas do proje-

to, o gerente de Mossoró relacionou alguns resultados como pontos positivos do projeto. “Em nossa avaliação esses resultados devem ser analisados politicamente pelas entidades sindicais nacionais, pois a proposta é aplicá-lo em todas as gerências até o final de 2018”, destacou.

- Celeridade no atendimento
- Atendimento do segurado à distância
- Segurança na análise do despacho
- Transparências das ações
- Melhoria na qualidade de vida e processos de trabalho
- Padronização das ações
- Redução do número de atendimentos presenciais
- Extinção da pessoalidade e subjetividade na análise do processo
- Distribuição equitativa das tarefas entre os servidores
- Distribuições de tarefas entre unidades distintas (teletrabalho)
- Acompanhamento gerencial em tempo real
- Melhoria do clima organizacional e da satisfação entre os servidores da unidade
- Redução nos custos de funcionamento das unidades

Rural - O dirigente Antônio Paz e a servidora Alzira Soares também visitaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mossoró. A entidade, através de convênio assinado com o INSS, terá a missão de protocolar os requerimentos, escanear os documentos, realizar as entrevistas rurais, preparar todo o processo virtual, conforme as etapas citadas.

O processo é assinado virtualmente pela atendente, pelo diretor e pelo advogado do sindicato, depois é encaminhado ao GET, que o distribui aos servidores para análise do direito, não sendo ao trabalhador do órgão responsabilizado pela formalização e pela entrevista feita no benefício.

Sindicato disponibiliza serviço de contador para auxiliar IRPF

O atendimento na sede do Sindsprev-PE é de segunda a sexta-feira e ficará disponível até o dia 28 de abril

Para auxiliar os filiados com o preenchimento da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), o Sindsprev está disponibilizando serviço gratuito de profissionais de contabilidade. O atendimento, iniciado no dia 6 de março, deve ser agendado, via telefone ou de forma presencial. O serviço, que ficará disponível até o dia 28 de abril, é realizado no auditório do Sindicato de segunda a sexta-feira nos seguintes horários: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Segundo o coordenador do Sindsprev-PE, José Bonifácio, “além de o serviço ser gratuito, os profissionais contratados pelo sindicato ainda estão por dentro de peculiaridades típicas dos servidores públicos e auxiliam bastante os nossos filiados”.



Prazo - O contabilista Antônio Barbosa Amaral esclarece que os filiados que receberem ações judiciais estão na obrigatoriedade de informar ao fisco o recebimento dos valores correspondentes

as ações. Ele lembra que o prazo final para a entrega da declaração é dia 28 de abril.

As principais dúvidas dos servidores dizem respeito a inclusão dos valores do precatório e as despesas

com o plano de saúde Geap, que em alguns casos não colocou os valores pagos no comprovante de rendimento anual.

Mais informações pelo número (81) 2127-8345.

Documentação

Para acertar as contas com o leão, o servidor deve ter em mãos os seguintes documentos:

- Último recibo de entrega do IRPF
- Número do CPF seu e dos seus dependentes maiores de 18 anos
- Informes de rendimentos de 2016
- Comprovantes de despesas médicas, escolares, empregada doméstica, entre outras

Informações e agendamento

(81) 2127-8345

Encontro Nacional da CNTSS no Recife definiu mobilizações

A CNTSS se reuniu com sindicatos para traçar estratégias de articulação para este ano. Segundo o presidente da Confederação, Sandro César, se o governo continuar se recusando a negociar com a categoria, pode haver greve.

O Centro de Formação e Lazer (CF) do Sindsprev-PE, no Recife, sediou o primeiro Encontro e Plenária Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) deste ano. O evento foi realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro e reuniu 80 representantes de sindicatos da base do Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, São Paulo, Maranhão e Pernambuco.

Após o evento, o Sindsprev-PE iniciou uma série de seminários regionais e mobilizações

nos locais de trabalho em todo o estado, visando esclarecer e protestar contra a Reforma da Previdência do Governo Federal e organizar os preparativos para a paralisação ocorrida no dia 15 de março.

Análise de conjuntura - Após a abertura feita pelo presidente da CNTSS, as atividades começaram com a análise da conjuntura política e econômica do país com o professor José Henrique Artigas Godoy, doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade Federal da Paraíba.

A palestra detalhou as pers-



pectivas, alternativas e responsabilidades dos cidadãos e, particularmente, dos movimentos sociais organizados e centrais sindicais no combate às reformas antissociais do governo Temer e na recomposição da ordem democrática e das instituições no país.

“Durante o transcurso deste ano, teremos grandes debates que colocam em risco o con-

junto das liberdades e direitos construídos com muita luta durante os últimos 30 anos. Neste momento, nós temos a possibilidade de ver uma grande retroação no conjunto dessa plataforma de direito e, certamente, os sindicatos e centrais têm que estar preparados para resistir frente a essa pressão conservadora que favorece as classes dominantes e prejudica os trabalhadores, mas também para preparar uma reação no sentido de recomposição das forças progressistas e da garantia de preservação dos direitos da classe trabalhadora”, destacou o especialista.

Ainda segundo Godoy, a

crise econômica, política e institucional que assola o Brasil só será revertida através da luta dos trabalhadores. “Sinceramente, acho que em um prazo curto nós teremos muita dificuldade de reação, mas acredito na possibilidade das classes trabalhadoras retomarem a posição progressista que vinham atribuindo aos governos de Lula e Dilma. Claro, é preciso muita organização e preparação para a luta”.

Para o coordenador do Sindsprev-PE, José Bonifácio do Monte, o ano será intenso. “Estamos reunidos para podermos fazer a luta dos trabalhadores. Esse ano vai ser difícil por conta das reformas que o Governo Federal está implantando, falo da trabalhista e da previdência, mas também por conta do desemprego”, pontuou.

Sindsprev-PE completa 28 anos de lutas e conquistas

Comemoração foi marcada por conscientização política e articulação para novas ações contra o golpe

A família Sindsprev-PE completou 28 anos de luta incansável para assegurar os direitos dos trabalhadores em março passado. A comemoração, no entanto, não foi apenas festiva. Dando continuidade à tradição combativa da entidade, foi apresentado o seminário *Reforma da Previdência e suas Consequências para o Servidor Público* com o intuito de conscientizar os trabalhadores sobre os danos iminentes da PEC 287, em tramitação no Congresso Nacional. Somente após a ação educativa, houve corte de bolo e apresentação musical da Orquestra Super Oara, no Centro de Formação e Lazer (CFL), no Recife.

O seminário teve palestras ministradas pelo auditor fiscal Jorge Cezar Costa, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), pelo assessor jurídico do Sindsprev-PE, Cláudio Ferreira, que também é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, pela secretária de Saúde do Trabalhador da CUT Nacional, Madalena Silva, e pelo deputado estadual Isaltino Nascimento, membro da comissão que discute a Reforma da Previdência na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

A mesa foi coordenada pelos dirigentes do Sindicato José Bonifácio do Monte e Luiz Eustáquio. Em seguida, houve um almoço dançante no clube e o corte do bolo.

“O Sindsprev sempre foi um sindicato forte e que sig-



nifica muito na conquista dos direitos dos trabalhadores. Hoje, o país vive uma crise muito grave onde tudo pelo qual lutamos está sendo ameaçado por um governo golpista. Mais do que comemorar, a gente se reuniu para continuar enfrentando esses desmandos. Tivemos o seminários para tirar as dúvidas

do pessoal e engajar ainda mais trabalhadores em nossa articulação”, destacou o coordenador geral do Sindsprev-PE, José Bonifácio do Monte.

A ideologia sindical se reflete diretamente no carinho de todos. “Eu vi esse sindicato nascer. Fiz parte da direção no início e é com muito orgulho

que estou aqui para comemorar e contribuir com esses 28 anos”, destacou Carlos Tavares, do Hospital Geral de Areias. Nas palavras de Leozina Barbosa, da Gerência Executiva Recife do INSS, a festa não poderia estar melhor. “Estamos aqui celebrando nossa história e fazendo história”, comentou.

“Somos um sindicato que nunca fugiu da luta. Temos décadas de conquistas e muito suor para que todos tenham melhores condições de trabalho e respeito. Quem conhece nossa trajetória se alegra hoje com a certeza de que não vamos parar”, concluiu o secretário geral do Sindsprev-PE, Luiz Eustáquio.

Acompanhe o andamento das suas ações

CORREÇÃO DO PCCS

– Período de 88/90

Processo 1562/89 - (ex-celetistas do ex-Inamps), 5ª Vara do Trabalho – Os servidores receberam seus créditos. O sindicato requereu habilitação de vários herdeiros e aguarda homologação. Veja a relação dos servidores não localizados, conforme relação divulgada no site www.sindsprev.org.br

Processo 1561/89 - (ex-celetistas do ex-INPS), 6ª Vara do Trabalho – O Sindicato requereu a habilitação dos herdeiros remanescentes que apresentaram a documentação completa no Sindsprev. Aguardando homologação para posterior pagamento.

Processo 1583/89 - (ex-celetistas do ex-Iapas), 4ª Vara do Trabalho – Foi expedido alvará para pagamento aos servidores recentemente localizados. Aguardando homologação do pedido de habilitação dos herdeiros/pensionistas. Ainda restam pendentes os servidores relacionados abaixo. Desta forma, solicitamos seu comparecimento ou seus herdeiros para apresentarem os documentos necessários para habilitação e pagamento: 1298593 - ALTAMIRO ALFREDO SILVA, 1436490-ARTUR DE LIMA FERREIRA, 1250558- CARLOS FERNANDO R RODRIGUES, 1436830- GILSON BARROS DOS SANTOS, 1242989- JORGE JOSÉ SIDRONIO DE LIMA, 1303198-MARIA DAS GRAÇAS DE M E SILVA, 1251350- NEIDE MARIA DE ARUDA, 1437941- SÉRGIO RO-

BERTO B MESQUITA, 1437046-SIDNEY RODRIGUES DE LIMA.

Processo 910001398-6 - (estatutários ex-Inamps), 3ª Vara Federal – Negado provimento ao Recurso Especial do Sindicato relativo ao restante do período. O processo foi remetido ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do Recurso Extraordinário. Em 07.08.2013, negado seguimento ao Recurso Extraordinário. A União Federal apresentou Agravo Regimental, o qual foi negado, tendo ocorrido o trânsito em julgado. Convocamos os herdeiros dos servidores, conforme relação divulgado site www.sindsprev.org.br

CORREÇÕES DO PCCS Período 91/96 MINISTÉRIO DA SAÚDE

Processo 0004380-70.2010.4.05.8300, 6ª Vara Federal (ex-celetistas do ex-Inamps) – Julgado parcialmente procedente. O sindicato enviou carta aos servidores ativos e aposentados solicitando os contracheques do período de janeiro de 1991 a agosto de 1992 para elaboração dos cálculos, bem como cópia da Portaria de Aposentadoria, cópia do CPF, identidade e comprovante de residência. O sindicato está apresentando execuções em grupos de 10 autores e a União Federal apresentando embargos à execução requerendo o cálculo do PCCS, apenas sobre o vencimento, enquanto o sindicato defende que deve ser sobre a remuneração. Estamos requerendo a liberação da parte incontroversa. Os servidores serão avisados por carta das datas das liberações.

CORREÇÕES DO PCCS – Período de 91/93 - INSS

Processo 490/91, 9ª Vara do Trabalho (ex-celetistas do ex-INPS e ex-celetistas do ex-Iapas) - O INSS apresentou embargos à execução e agravo de petição. O agravo não foi conhecido e os embargos recebidos. O sindicato apresentou impugnação e concordou com os valores feitos por amostragem pelo INSS, uma vez que a diferença era apenas de 0,5% do valor de cada reclamante. A juíza determinou que o INSS apresente as planilhas individualizadas para cada servidor demonstrando o valor correto para posterior julgamento dos embargos. O INSS apresentou nova impugnação discordando dos próprios cálculos, tendo a juíza nomeado Perito Judicial para elaboração de laudo contábil. O perito apresentou laudo parcial e a juíza destituiu o perito, tendo nomeado outro para elaboração dos cálculos. O perito requereu prorrogação de prazo para concluir o laudo pericial. Prazo final 30/04/2017.

URP's - UNIDADES DE REFERÊNCIA DE PREÇOS

Processo 491/91 (ex-celetistas INSS), 8ª Vara do Trabalho – Expedido alvará para pagamento a todos os herdeiros habilitados. O Banco do Brasil já efetuou os depósitos nas contas correntes dos mesmos. Os valores dos servidores remanescentes foram homologados, sendo o INSS citado para se pronunciar. A Procuradoria do INSS concordou com os valores. As RPV's foram expedidas. Os alvarás dos servidores

remanescentes foram liberados. O Juiz intimou o sindicato para informar quais servidores falecidos ainda não receberam seus créditos.

Processo 492/91, ex-celetistas ex-Inamps, 12ª Vara do Trabalho – As RPV's foram expedidas, o pagamento está sendo efetuado na agência do Banco do Brasil localizada no Edifício da Sudene - 1º andar. Os servidores estão recebendo os créditos mediante agendamento junto àquela agência. O sindicato solicitou ao Banco do Brasil uma forma mais rápida e menos burocrática para efetuar os referidos pagamentos. A Agência Central se comprometeu a desenvolver um robô para automatizar os depósitos. O que não impede dos interessados procurarem diretamente a referida agência para recebimento dos créditos. O Sindicato informa ainda que os valores são pequenos em razão da União Federal ter vencido ação rescisória para desconstituir a sentença reduzindo o período de cálculo para 7/30 avos dos meses de abril e maio de 1988. O sindicato está providenciando as habilitações dos herdeiros dos servidores falecidos.

ANUÊNIO - Adicional de tempo de serviço a cada ano trabalhado

Processo 930002677-1, 2ª Vara Federal, AR 1091, servidores ex-celetistas do Ministério da Saúde - Informamos que todos os valores estão sendo embargados pela União Federal. De acordo com a conclusão de cada processo, os servidores estão sen-

do convocados para recebimento da parte incontroversa, ou seja, o valor reconhecido pela União Federal. Os servidores que ainda não receberam carta informando a liberação da parte incontroversa devem aguardar a conclusão de seu grupo. Esclarecemos que o pagamento não é realizado por sequência alfabética e depende da conclusão de cada processo. Informamos ainda que a maioria dos processos encontra-se no Superior Tribunal de Justiça para julgamento de Recurso Especial.

Processo 990010299-1, 6ª Vara Federal, servidores ex-celetistas do INSS – As RPVs foram expedidas e pagas em relação ao primeiro grupo de servidores. O sindicato apresentou execução em relação aos servidores remanescentes. Aguardando julgamento da impugnação apresentada pelo INSS.

**3,17%
(três vírgula dezessete
por cento)**

Processo 97005835-2 – INSS – 5ª Vara Federal – Em relação aos últimos grupos, estamos aguardando julgamento do Recurso Especial interposto pelo INSS. A medida que os processos vão sendo concluídos, o Sindicato envia carta aos interessados avisando da liberação. Esclarecemos que os servidores devem acompanhar o andamento através dos processos de execução desmembrados, disponíveis no site “Jurídico Web” do Sindicato. www.sindsprev.org.br.

Processo 97005836-0, Ministério da Saúde, 1ª Vara Federal

JURÍDICO JURÍDICO JURÍDICO

– A Secretaria da Vara está expedindo as requisições de pequeno valor dos servidores remanescentes. O Sindicato enviará cartas para os servidores divulgando as datas de pagamento.

28,86%
(vinte e oito por cento)

Processo 970011474-0 - Ministério da Saúde, 12ª Vara Federal – Para os servidores com valores superiores a 60 salários mínimos, os precatórios já foram pagos no mês de fevereiro de 2008. Em relação aos servidores de nível superior que têm valor a executar, o Sindicato já apresentou os cálculos. Aguardando expedição de RPV's ou precatórios para os servidores remanescentes. A juíza suspendeu as expedições das RPVS, tendo o sindicato apresentado agravo de instrumento, o qual foi julgado favorável, tendo transitado em julgado. A juíza determinou a expedição das RPVS para pagamento. As RPVs foram expedidas. Aguardando assinatura da juíza e data de pagamento. Informamos que diante da demora da juíza para assinatura das RPVs foi feita reclamação perante a Corregedoria do Tribunal Regional Federal para providências. As RPVs foram assinadas e pagas no mês de fevereiro. Aguardando nova data de pagamento para os servidores remanescentes.

Processo 970005190-0, 1ª Vara Federal, 28,86%, INSS – Foi julgado procedente para todos os servidores desta ação. O Sindicato convoca os servidores do INSS que não realizaram acordo para comparecer ao sindicato para assinar procuração para elaboração dos cálculos. Informamos que os servidores que realizaram acordo e receberam administrativamente os valores em parcelas foram expressamente excluídos do processo. Deverá

ainda apresentar comprovante de residência atualizado e cópia do CPF. Prazo 31.04.2016. Em relação aos autores que já apresentaram os documentos, já foi apresentada execução, tendo o INSS apresentado impugnação. O Sindicato apresentou defesa e aguarda julgamento.

INSALUBRIDADE - ATIVOS

Processo 2003.83.00007055-6, MS, ativos, Ação Coletiva, 6ª Vara Federal – A consultoria jurídica do Ministério da Saúde emitiu parecer orientando o órgão local para que cumpra a decisão averbando o tempo insalubre. Deverá conceder aposentadorias aos servidores que, com o tempo insalubre averbado, completam o tempo para aposentadoria, seja integral ou proporcional. Os servidores constantes nesse processo e que já tenham tempo da aposentadoria, seja integral ou proporcional, deverão, no momento do pedido de aposentadoria, requerer ao órgão que seja computado o seu tempo insalubre. Informamos que nesta ação foi reconhecido o direito à contagem de tempo insalubre, referente ao período celetista para todas as categorias profissionais. Em virtude da Orientação Normativa nº 15/2014 do MPOG ter determinado a revisão de todas as aposentadorias concedidas com base na conversão do tempo insalubre do período celetista, salvo aqueles concedidos por ordem judicial, o sindicato enviou ofício ao Ministério da Saúde com todas as peças do processo, com o objetivo de evitar a revisão das aposentadorias dos servidores contemplados nesta ação.

Processo 2003.83.00.010692-7, INSS, ativos, Ação Coletiva, 1ª Vara Federal - Sentença procedente, condenando o INSS a averbar o tempo insalubre para todos os servidores constantes neste processo. Em virtude

da Orientação Normativa nº 15/2014 do MPOG, ter determinado a revisão de todas as aposentadorias concedidas com base na conversão do tempo insalubre do período celetista, salvo aqueles concedidos por ordem judicial, o sindicato enviou ofício ao INSS com todas as peças do processo, com o objetivo de evitar a revisão das aposentadorias dos servidores contemplados nesta ação. O sindicato requereu a juízo que determina o cumprimento da obrigação de fazer em relação a toda categoria, independente de constar na relação inicial ou não do processo, tendo em vista que trata-se de ação coletiva em favor de toda categoria, tendo o juiz deferido o pedido do sindicato. O INSS apresentou embargos declaratórios alegando que a ação do sindicato não deve atingir toda categoria. O sindicato apresentou contrarrazões aos embargos, os quais negados. O INSS apresentou agravo de instrumento, tendo sido negado o recurso do INSS. O INSS foi intimado para cumprir a obrigação de fazer para todos os servidores ativos e aposentados, devendo os interessados protocolar requerimento no INSS requerendo a averbação do tempo insalubre para fins de concessão do abono de permanência, aposentadoria ou revisão de aposentadoria. O modelo encontra-se disponível na página do Sindisprev : www.sindsprev.org.br

INCORPORAÇÃO DA GDPTS – ISONOMIA ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS

Servidores do Ministério da Saúde - Aposentados

Processo 2009.83.00.008132-5, 1ª Vara Federal, MS – Sentença procedente. O Sindicato está apresentando as execuções em

grupos de 10 autores. A União vem concordando com os valores de todos os exequentes. Na medida da conclusão de cada grupo o sindicato está enviando carta avisando a data do pagamento.

ISONOMIA NO PAGAMENTO DA GDASS ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS

Servidores Aposentados e Pensionistas do INSS

Processo 2006.83.00.014984-8, 5ª Vara Federal, INSS – Sentença procedente. Os interessados devem aguardar a carta do Sindicato comunicando o dia do pagamento. No presente processo, a maioria dos servidores já receberam seus créditos. Em relação aos servidores remanescentes, já foram apresentadas as execuções desmembradas em grupos de 10 autores.

ISONOMIA NO PAGAMENTO DA GDAPMP ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS

Médicos Peritos Aposentados do INSS

Processo 0800185-04.2013.4.05.8300, 12ª Vara Federal – Sentença improcedente. O Sindicato apresentou recurso de Apelação. A Apelação do Sindicato foi julgada procedente condenando a autarquia previdenciária a implantar a mencionada gratificação nos proventos dos servidores inativos, nas respectivas datas de vigência e a pagar os atrasados. O INSS apresentou Recurso Especial e Extraordinário. O Tribunal Regional Federal inadmitiu o Recurso Especial e admitiu o Recurso Extraordinário, o qual foi negado e transitou em julgado. O sindicato requereu a intimação do INSS para implantar a obrigação de fazer, ou

seja, a gratificação para os aposentados no mesmo percentual dos ativos. Aguardando decisão.

Pensionistas do Ministério da Saúde

Processo 2008.83.00.014368-5, 9ª Vara Federal – Sentença procedente. O Sindicato está apresentando as execuções em grupos de 10 autores. A União apresentou embargos à execução, discordando dos cálculos do Sindicato. O Sindicato requereu a liberação dos valores incontroversos. Na medida da conclusão de cada grupo, o Sindicato está enviando carta avisando a data do pagamento. Em relação a implantação nos contracheques dos 80 pontos, a União foi intimada e cumpriu a obrigação de fazer implantando 80 pontos nos contracheques das pensionistas.

DEVOLUÇÃO DE PSS SOBRE 1/3 DE FÉRIAS

Processo 2009.83.00.019236-6, 1ª Vara Federal – INSS – ATIVOS

Sentença procedente para afastar a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias pago aos servidores dos Ativos do INSS e restituição do indébito tributário, respeitada a prescrição quinquenal. A Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação sustentando a legalidade da incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. O TRF 5ª Região manteve a sentença. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, o qual encontra-se sobrestado até pronunciamento do STF em função de pedido de Repercussão Geral no RE 593068.

Processo 2009.83.00.019237-8, 12ª Vara federal – MS – ATIVOS

Sentença improcedente. O

JURÍDICO JURÍDICO JURÍDICO

Sindicato apresentou Recurso de apelação. O TRF 5ª Região reformou a sentença para condenar a Fazenda Nacional a afastar a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias pago aos servidores dos ativos do Ministério da Saúde e restituição do indébito tributário, respeitada a prescrição quinquenal. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, o qual encontra-se sobrestado até pronunciamento do STF em função de pedido de Repercussão Geral no RE 593068.

Processo 0003476-50.2010. 4.05. 8300, 7ª Vara Federal – Anvisa – ATIVOS - Sentença procedente para afastar a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias pago aos servidores dos ativos do INSS e restituição do indébito tributário, respeitada a prescrição quinquenal. A Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação sustentando a legalidade da incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. O TRF 5ª Região manteve a sentença. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, o qual encontra-se sobrestado até pronunciamento do STF em função de pedido de Repercussão Geral no RE 593068.

ACÇÕES SOBRE REAJUSTE DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar o Recurso Extraordinário nº 710.293/SC, reconheceu a existência de repercussão geral sobre o reajuste do vale-alimentação pago aos servidores públicos, em particular na equiparação deste valor com o valor pago no âmbito dos servidores do TCU.

Cabe observar que não houve ainda qualquer manifestação do STF quanto ao mérito, mas, tão somente, o reconhecimento da constitucionalidade da matéria e de sua repercussão geral.

Neste sentido, o Sindsprev/PE ajuizou as ações coletivas para garantir o direito de seus filiados. Requerendo a adequação do valor aos patamares do TCU, abaixo os números dos processos:

Processo 0802718-33.2013. 4.05. 8300, 5ª Vara Federal – Ministério da Saúde – ATIVOS

Sentença improcedente. O Sindicato apresentou Recurso de Apelação. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região negou provimento à apelação. O sindicato apresentou Recurso Especial e Extraordinário. Aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal em Repercussão Geral.

Processo 0802719-18.2013. 4.05. 8300, 1ª Vara Federal – INSS – ATIVOS - Sentença improcedente. O Sindicato apresentou recurso de apelação, o qual foi negado. O sindicato apresentou Recurso Especial e Extraordinário.

Processo 0802721-85.2013. 4.05. 8300, 10ª Vara Federal – ANVISA – ATIVOS - Sentença improcedente. O Sindicato apresentou Recurso de Apelação. O Tribunal Regional Federal negou provimento à Apelação. O sindicato apresentou Recurso Especial e Extraordinário. Aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal em Repercussão Geral.

REPOSICIONAMENTO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO INSS

Processo 0803488-26.2013.4. 05. 8300, 10ª Vara Federal – Sentença procedente para conceder a promoção ou progressão funcional a cada 12 (doze) meses, bem como o ressarcimento das parcelas vencidas, uma vez que o INSS não está concedendo a progressão funcional aos servidores ao completar o interstício de 12 (doze) meses de efetivo serviço. O processo coletivo foi desmembrado e o sindicato já apresentou os cumprimentos de sentença para

todos os servidores que apresentaram os documentos. O INSS foi intimado para comprovar que cumpriu a obrigação de fazer e juntar as fichas financeiras para posterior elaboração de cálculos

SINDICATO AJUÍZA ACÇÕES PARA TODOS OS FILIADOS ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS REQUERENDO O REAJUSTE DE 13.23%

No caso da presente ação, defende o sindicato que a sequência legislativa que estabeleceu primeiro um reajuste pífio de 1%, por meio da Lei 10.697/2003 e, no mesmo dia, a Lei 10.698/2003, estabeleceu um valor fixo de R\$ 59,87, indistintamente para todos os servidores, veio com o objetivo de burlar o postulado constitucional da revisão geral sem distinção de índices.

Com o acréscimo linear de 1%, previsto na Lei 10.697/2003, a VPI de R\$ 59,87, instituída pela Lei 10.698/2003, o aumento para categoria com menor remuneração foi de aproximadamente 15,3% (R\$ 416,50 para R\$ 480,53), percentual próximo ao da inflação no ano de 2002 de 14,74% com base no INPC aferida pelo IBGE. Assim, a recomposição concedida atingiu apenas aqueles servidores públicos que recebiam menor re-

muneração. Aqueles de maior remuneração não foram abrangidos pela real finalidade das normas editadas, qual seja, a Revisão Geral Anual. Tal desvirtuamento se deu em razão da Lei 10.698/2003, que fixou a denominada Vantagem Pecuniária Individual como estratégia de Revisão Anual Geral pelo governo. Alterou-se um instituto jurídico que não é próprio da Revisão Geral Anual para alcançar o seu objetivo de recomposição salarial, porém o fez de forma desproporcional e não isonômica a grande maioria dos servidores públicos. Veja os números dos processos abaixo para acompanhamento:

ACÇÃO CIVIL COLETIVA, INSS, 13,23% PROCESSO 0808048-40. 2015.4. 05.8300, 2ª VARA FEDERAL

– Sentença procedente. O INSS apresentou recurso e aguardo julgamento.

ACÇÃO CIVIL COLETIVA, MS E MTE, 13,23%

PROCESSO 0808045-85.2015. 4. 05.8300, 2ª VARA FEDERAL – Aguardando sentença.

ACÇÃO CIVIL COLETIVA, ANVISA, 13,23%

PROCESSO 0808047-55.2015. 4.05.8300, 10ª VARA FEDERAL – Aguardando sentença.

Processo contra aumento abusivo da GEAP

Em fevereiro, o Sindsprev ajuizou Ação Civil Coletiva na Justiça Federal (Processo nº 0801433-97.2016.4.05.8300, 12ª Vara Federal) requerendo a suspensão imediata do aumento. Em paralelo, protestos no Recife e em Brasília conseguiram abrir

o diálogo com a operadora de autogestão e com a própria Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para tentar reverter a cobrança.

Para acelerar o processo, a direção orientou os servidores a enviar e-mails à juíza para sensi-

bilizar a magistrada numa resolução a respeito da ação. Os filiados enviaram mensagens esclarecendo as dificuldades que estão enfrentando para conseguir realizar o pagamento do plano de saúde e salientar também que não tiveram qualquer aumento

salarial para compensar o custo.

A Justiça Federal acatou o pedido de Antecipação de Tutela do Sindsprev-PE e reduziu o reajuste de 37,55% para 20%, variável de acordo com o salário e a faixa etária dos servidores. O presidente do Tribunal

Regional Federal da 5ª Região, atendendo ao Recurso da União e da Geap, suspendeu a decisão.

A juíza julgou procedente a ação reduzindo o reajuste para 20%, tendo a União e a Geap apresentado recurso de apelação. Aguardando julgamento.

JURÍDICO JURÍDICO JURÍDICO

CONVOCAÇÃO

A Secretaria de Assuntos Jurídicos do SINDSPREV/PE solicita o comparecimento urgente dos pensionistas ou herdeiros dos ex-servidores abaixo relacionados para encaminhar processos ajuizados pelos mesmos que estão pendentes de regularização. Convém salientar que essa pendência deve ser resolvida com a maior brevidade.

0800055-09.2016.4.05.8300 - GDASS-INSS

SIAPE	NOME
902833	MARIA LUCIA RODRIGUES
903507	MARIA NEIDE NOGUEIRA BARACHO
902401	MARIETA ELENOR XAVIER
903546	MIGUEL CASTELO BRANCO CAJUEIRO
902535	MURILO TELLES DE MENEZES
759824	MUSA PIRES DO REGO

0800058-14.2016.4.05.8300 - GDASS-INSS

SIAPE	NOME
902312	NELSON JOSE DOS SANTOS
902312	NEWTON CAVALCANTI DE OLIVEIRA
1006005	NOEMIA AMARAL DE SANTANA
903555	OLGA CORREIA DA SILVA
944663	OSCAR DA NOBREGA VASTRO
904351	PAULO BELARMINO DO NASCIMENTO
902352	PEDRO FERREIRA DA SILVA
906948	POLYNEA BUARQUE DE AMORIM
945142	RIDAILDA CORDEIRO DE VASCONCELOS
945142	SEVERINA PAUDUA DE ARRUDA

0800054-24.2016.4.05.08300 - GDASS - INSS

SIAPE	NOME
902775	ARISTOFANES DE SIQUEIRA CAMPOS
1129027	ARLINDO LIRA DE PAIVA
904683	CARMEM DE FARIAS COSTA
903474	CICERO RAMOS BATISTA
757154	CLECIA CAMPOS
944602	CLELIA DE TORRES RAPOSO
903504	CONSUELO DE MENEZES
902159	CORDECY LEITE DO EGITO
903902	CRISTINA MARIA JACQUES COUTINHO DE SA
904000	DARIA AVELINO DE OLIVEIRA
904215	DJALMA PEREIRA DA SILVA

0800059-46.2016.4.05.8300- GDASS- INSS

SIAPE	NOME
901999	ABDENIA BARBOSA E SILVA

904597	ALBERTO PEREIRA VITAL
903594	ALICE PEREIRA GIBSON DUARTE RODRIGUES
903988	ALONSO CELESTINO DE SANTANA
902153	ALVARO CELSO UCHOA CAVALCANTI FILHO
902348	ALZINIO GALVÃO ROSAS
902355	AMARO DOS SANTOS GOUVEIA
904323	AMARO JOSÉ VIANA
904063	AMERICO CAVALCANTI SILVEIRA
902329	ANA MALHEIROS HONORIO DE MELO
903379	ANA MARIA DELLA NORA SANTOS
3592952	ANTONIA CORINTA DE BARROS LUCENA RIBEIRO
905 053	ANTONIO CORREIA DE ARAUJO
944 660	ANTONIO JOSE QUIRINO

0800056-91.2016.4.05.8300- GDASS- INSS

SIAPE	NOME
904 942	DULCEMAR DE ALBUQUERQUE MONENEGRO
902 805	ERIVAN DE ABREU E SILVA
904 477	EURIDES MACÁRIO RANGEL
904 010	FERNANDO DE ALBUQUERQUE ARAÚJO
902 177	FLORISA GABRIEL JORGE
903 482	FRANCISCA LEOCÁDIO VIEIRA
903 695	GERALDO DIAMANTINO REGUEIRA
902 504	GERALDO FERREIRA DA SILVA
902 356	GERVÁSIO JOSÉ OLIVEIRA
903 266	GILDO SABINO DOS SANTOS
903 558	GIZELE BURLE BARROZO THOM
945 061	GIZELDA GALVÃO NAHAS
902421	GUIOMAR ALVES DE MORAES
902761	HERIBERTO CÉSAR DO NASCIMENTO

0800086-29.2016.4.05.8300- GDASS- INSS

SIAPE	NOME
903611	HILDA DO AMARAL GONÇALVES
904015	HILDA VILLAR NOBRE DE ALMEIDA
903503	IRENE GOMES
325180	ISA BATISTA FARO
903863	ISABEL CAMPOS DO AMARAL REIS
903500	JOÃO JANUARIO ALVES
897990	JOÃO VILAR DE AZEVEDO
904657	JOAQUIM LUSTOSA NETO
757677	JORGE LUIZ DE SIQUEIRA GOES
	JOSE AVILINO DOS SANTOS